

# Arqueologia Urbana e História Local

Actas do Encontro de Homenagem a Almeida Carvalho

*Joaquina Soares (Coord.)*

AMRS - Associação de Municípios da Região de Setúbal

MAEDS - Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal

FIDS - Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal

# FÓRUM INTERMUSEUS DO DISTRITO DE SETÚBAL

## FIDS

---

### ALCÁÇER DO SAL

Museu Municipal de Alcácer do Sal  
Câmara Municipal de Alcácer  
do Sal

---

---

### SANTIAGO DO CACÉM

Museu Municipal de Santiago  
do Cacém / Câmara Municipal de  
Santiago do Cacém

---

---

### ALCOCHETE

Museu Municipal de Alcochete  
Câmara Municipal de Alcochete

---

---

### AMRS/MAEDS

Associação de Municípios da Região  
de Setúbal / Museu de Arqueologia e  
Etnografia do Distrito de Setúbal

---

---

### SEIXAL

Município do Seixal  
Ecomuseu Municipal

---

---

### ALMADA

Museu Municipal de Almada  
Câmara Municipal de Almada

---

---

### MOITA

Departamento de Acção  
Sociocultural  
Câmara Municipal da Moita

---

---

### SESIMBRA

Museu Municipal de Sesimbra  
Câmara Municipal de Sesimbra

---

---

### BARREIRO

Serviços Culturais  
Câmara Municipal do Barreiro

---

---

### MONTIJO

Museu Municipal do Montijo  
Câmara Municipal do Montijo

---

---

### SETÚBAL

Museu Municipal de Setúbal  
Câmara Municipal de Setúbal

---

---

### GRÂNDOLA

Serviços Culturais  
Câmara Municipal de Grândola

---

---

### PALMELA

Museu Municipal de Palmela  
Câmara Municipal de Palmela

---

---

### SINES

Museu Municipal de Sines  
Câmara Municipal de Sines

---

# NOTA DE ABERTURA

Com a presente publicação, comemorativa do II centenário do nascimento de João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), abre-se mais uma larga janela sobre a Arqueologia e História da nossa Região.

Almeida Carvalho deixou um extenso legado de Apontamentos sobre a História de Setúbal, hoje no Arquivo Distrital de Setúbal, cujos documentos originais viriam a perder-se no incêndio dos Paços de Concelho, de 1910. A sua preocupação com o registo da memória colectiva da cidade onde nasceu levá-lo-ia também a atravessar o Sado e a procurar sob as dunas de Tróia um Passado mais longínquo, a cidade de filiação romana.

Ser-me-ia impossível nesta breve nota dar uma ideia, mesmo que resumida, da vida e obra do homenageado, que Setúbal e a Região puderam revisitar através de variada e extensa programação cultural planeada e concretizada desde 11 de Março de 2017 a 9 de Março de 2018 e na qual a Associação de Municípios da Região de Setúbal desempenhou um papel relevante através do seu museu.

Congratulamo-nos, pois, pela activa participação do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), em parceria com um variado conjunto de organismos públicos como a Câmara Municipal de Setúbal, a União de Freguesias de Setúbal, Junta de Freguesia de S. Sebastião, Arquivo Distrital de Setúbal, e associações culturais como a Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão e a Universidade Sénior de Setúbal.

Actualizar a informação, produzir conhecimento e divulgá-lo é sem dúvida a forma mais nobre de cuidarmos do nosso património, mas também uma via indispensável para a construção do desenvolvimento integrado da nossa Região.

**Rui Garcia**

(Presidente do Conselho Directivo da Associação  
de Municípios da Região de Setúbal)

# FICHA TÉCNICA

## Edição

Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS)  
Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
(MAEDS)  
Fórum Intermuseus do Distrito de Setúbal (FIDS)

## Direcção

Rui Garcia (Presidente do Conselho Directivo da AMRS)

## Coordenação Editorial

Joaquina Soares

## Conselho Científico

António Nabais  
Carlos Marques da Silva  
Carlos Tavares da Silva  
João Luís Cardoso  
Mário Varela Gomes  
Victor S. Gonçalves  
Vitor Serrão

## Conselho Redatorial

Antónia Coelho-Soares  
Elsa Afonso  
Fátima Afonso  
Fernanda Pinho  
Fernanda do Vale  
João Ventura  
Luís Pequito  
Lurdes Lopes  
Maria Ana Judas  
Marisol Ferreira  
Michelle Santos  
Miguel Correia  
Sandra Coelho  
Susana Duarte  
Vitor Mestre

## Secretariado e correspondência

Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal  
Avenida Luisa Todi, 162 2900-451 Setúbal (Portugal)  
Tel.: +351 265 239 265 / +351 939 553 004  
E-mail: maeds@amrs.pt  
Site: www.maeds.amrs.pt  
Blog: www.maedseventosactividades.blogspot.com  
Copyright - Direitos reservados pelos autores e MAEDS.  
Interdita a reprodução de imagens.

## Capa

“Natureza Morta” (garrafaria do séc. XVIII). Foto de Rosa Nunes.

## Execução gráfica

Ana Castela  
Paula Covas

## Impressão e acabamento

Tipografia Belgráfica

## Depósito Legal

450333/18

## ISSN

1645-0553

## Tiragem

300 exemplares  
Disponível online em: <http://maeds.amrs.pt/musa.html>

Setúbal, 2018

# EDITORIAL

## ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA. AINDA O LEITO COMUM?

O presente volume de *Musa: Museus, Arqueologia e Outros Patrimónios* afasta-se formalmente, mas não na temática, do modelo até agora seguido. Nele se publicam as Actas do Encontro sobre *Arqueologia Urbana e História Local* de Homenagem ao Historiador e Arqueólogo João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897).

As actas celebram a memória de uma personalidade relevante, e renovam a aliança entre Arqueologia e História, assumindo, porém, o corte epistemológico com a tradicional subalternidade da primeira disciplina em relação à segunda. Ambos os domínios convivem agora em fraterna paridade.

Como é do conhecimento geral, a Arqueologia científica radicou as suas origens na Geologia, em Portugal no seio da Comissão Geológica, fundada em 1857 e muito particularmente nos trabalhos de Carlos Ribeiro, a quem se devem, na nossa região, a primeira carta geológica e as primeiras escavações na necrópole pré-histórica de hipogeus da Quinta do Anjo.

Carlos Ribeiro assumiu claramente estatura internacional ao liderar a reunião em Lisboa do IX Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-históricas em 1880.

Porém, sobretudo entre 1930 e o final da década de 1960, a Arqueologia viria a subordinar-se à História. Após a revolução democrática de 25 de Abril/74 e a institucionalização da Arqueologia como domínio autónomo, com licenciatura própria, este campo disciplinar criou alianças estratégicas com as chamadas arqueociências (ciências da natureza, física, química, genética)<sup>1</sup>.

Superada a etapa de estagnação historicista, a Arqueologia soube, sem complexos de menoridade, ombrear “fraternalmente” com a História no estudo das sociedades humanas e suas temporalidades. Ultrapassou mesmo a sua

dedicação aos períodos de sua “exclusiva” responsabilidade ou quase (Pré-história, Proto-história e Antiguidade Clássica), para se debruçar sobre as sociedades medievais, modernas e contemporâneas. E perante algum questionamento sobre o interesse da Arqueologia da contemporaneidade, há autores que defendem uma Arqueologia contemporânea de compromisso ético: *Archaeology has a new ethical commitment: to recover evidence of the existence of the victims not just for therapeutic and juridical reasons, but for historical reasons as well. We cannot return them to life, but we can reintegrate them to the time of history from which they were expelled*” (González-Ruibal, 2016, p. 19)<sup>2</sup>

Recorrendo ao conceito-chave, específico da Arqueologia, de *tempo dos materiais* e à ideia de *heterocronologia*<sup>3</sup>, indispensável à compreensão da sobremodernidade que habitamos, vão perdendo sentido as fronteiras impostas pelas rígidas comportas que pretendem separar a Arqueologia pré-histórica da histórica ou da contemporânea; o acento tónico coloca-se no pensamento e acção arqueologicamente informados, porque na realidade trabalhamos dentro de um tempo múltiplo, desafiando ou desconstruindo realidades sociais que nos antecederam, complexas e também elas multitemporais.

Semelhante reflexão tem ocorrido na História<sup>4</sup>; o alargamento das suas fontes e temáticas, através de caminhos tradicionalmente pouco pisados, como a imprensa periódica ou os relatos orais de experiências vividas, ficam bem expressos neste volume.

Finalmente, na sua diversidade, a presente publicação homenageia justamente um dos mais ecléticos criadores intelectuais setubalenses de oitocentos, João Carlos d'Almeida Carvalho, cujas obra e actividade cívica continuam, volvidos quase duzentos anos, a inspirar as concepções humanistas dos nossos dias.

**Joaquina Soares**

(Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal)

---

1 - Ver a propósito: Martín-Torres, M.; Killick, D. (2015) - Archaeological Theories and Archaeological Sciences. In A. Gardner; M. Lake; U. Sommer (eds.), *The Oxford Handbook of Archaeological Theory*.

2 - González-Ruibal, A. (2016) - Archaeology and the Time of Modernity. *Historical Archaeology* 50(3), p. 144-164.

3 - Leduc, J. (1999) - *Les historiens et le temps*. Paris: Seuil.

4 - Le Goff, J. (2014) - *Faut-il vraiment découper l'histoire en tranches?* Paris: Seuil.

# ÍNDICE

<b>Nota de Abertura</b>	<b>03</b>
Rui Garcia	
<b>Editorial</b>	<b>05</b>
Joaquina Soares	
<b>No II Centenário do Nascimento de João Carlos D’Almeida Carvalho (1817-1897)</b>	<b>08</b>
Horácio Pena	
<b>Arqueologia Urbana e História Local</b>	<b>16</b>
<b>Preexistências de Setúbal. Intervenção arqueológica na Rua Arronches Junqueiro, 32-34</b>	<b>17</b>
Carlos Tavares da Silva, Antónia Coelho-Soares, Susana Duarte	
<b>Cerâmicas de paredes finas de <i>Salacia Urbs Imperatoria</i>. Recolhas de prospeção arqueológica</b>	<b>39</b>
Eurico Sepúlveda, Catarina Bolila, Marisol Ferreira	
<b>Fortificação Medieval de Setúbal. Identificação do núcleo defensivo da Ribeira ou “Castelo”</b>	<b>51</b>
Joaquina Soares, Teresa Rita Pereira, Susana Duarte, Carlos Mouro	
<b>Arqueologia urbana e o sismo de 1755. O contexto da Av. Luísa Todi, 170-178, Setúbal</b>	<b>79</b>
Joaquina Soares, Susana Duarte, Carlos Tavares da Silva	
<b>Silos de Francos e Portugueses em Vila Verde dos Francos – Alenquer</b>	<b>101</b>
Guilherme Cardoso, Luísa Batalha	

<p>O mundo numa casa. As importações no Espaço Cidadão (Palmela) João Nunes, Eduardo Porfírio, Michelle Teixeira Santos</p>	<p><b>115</b></p>	<p>Atentado a Almeida Carvalho. (31 de agosto de 1855) Albérico Afonso, Carlos Mouro</p>	<p><b>199</b></p>
<p>O “Tombo da Câmara de Palmela” (séculos XIV-XIX). Da arqueologia dos documentos à arqueologia a partir dos documentos - um contributo de João Carlos de Almeida Carvalho João Costa</p>	<p><b>129</b></p>	<p>Fran Paxeco em Sesimbra João Augusto Aldeia</p>	<p><b>213</b></p>
<p>Do cerimonial religioso ao aparato régio: o contributo de Almeida Carvalho para o estudo das celebrações em Setúbal na Época Moderna Maria João Pereira Coutinho</p>	<p><b>141</b></p>	<p>A indústria de conservas de peixe em Setúbal durante a Grande Guerra (1914-1918): necessidades externas e ilusões transitórias Diogo Ferreira</p>	<p><b>219</b></p>
<p>A Roda dos Enjeitados Rogério Palma Rodrigues</p>	<p><b>151</b></p>	<p>Notas sobre a indústria de curtumes setubalense Carlos Mouro</p>	<p><b>233</b></p>
<p>Referências literárias em acontecimentos, lendas e tradições da região setubalense, de João Carlos de Almeida Carvalho Fátima Ribeiro de Medeiros</p>	<p><b>163</b></p>	<p>Antigas Quintas de Setúbal – Espaços Físicos e Sociais Pedro Fernandes</p>	<p><b>245</b></p>
<p>Estado liberal e poder municipal: Almeida Carvalho e a reforma político-administrativa de 1855 Ernesto Castro Leal</p>	<p><b>179</b></p>	<p>A Importância da Memória Viva no Estudo da História Local. Uma Proposta para a sua Preservação Pedro Fernandes</p>	<p><b>253</b></p>
<p>O feriado municipal e a memória colectiva setubalense Carlos Mouro, Horácio Pena</p>	<p><b>187</b></p>	<p>Centenários Bocagianos, momentos de homenagem a um poeta singular (sécs. XIX-XX) António Chitas</p>	<p><b>261</b></p>
		<p>“Hoje ninguém trabalha!” – Resistência operária no concelho do Seixal em 1943 Fátima Afonso, Fernanda Ferreira</p>	<p><b>271</b></p>

# A Roda dos Enjeitados

## The Foundling Wheel

Rogério Palma Rodrigues\*

### RESUMO

Este trabalho consta de uma breve revisão histórica das razões económicas e sociais que conduziram à instituição da Roda dos Enjeitados em Portugal no ano de 1783.

À semelhança das demais cidades e vilas do reino, também Setúbal teve uma Casa da Roda, extinta como todas as outras na década de 1860, quando ficou evidente a sua falência como solução para a calamitosa mortalidade infantil dos séculos XVIII e XIX.

A relevância da exposição de crianças e da sua morte precoce manifestava-se, por exemplo, no “Projecto do Regulamento Geral de Saúde Pública” apresentado em sessão das Cortes de 13 Outubro 1821, com os seus 8 Títulos divididos em 146 artigos. O Título 3º - Dos expostos – subdividia-se em 42 artigos cujo número, um terço do total, tal como o seu conteúdo diziam bem da preocupação dos políticos e dos médicos de então, com o funcionamento da Roda dos Expostos e com a sorte dos enjeitados sob tutela estatal. (Oliveira, 1992).

Para os médicos de hoje passou a preocupação profissional com a alta mortalidade infantil dos últimos três séculos, final e felizmente vencida, para cuja dimensão era decisiva a contribuição dos expostos ou enjeitados, agravando ainda mais o estado da Saúde Pública que os Governos saídos da Revolução Liberal de 1820, tiveram de enfrentar, num tempo em que o direito à vida com saúde estava ainda muito longe de ser reconhecido e consagrado como é no presente.

João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), historiador setubalense, deixou sobre este tema da exposição de crianças na sua cidade natal um registo de dados muito importantes que vieram dar suporte ao trabalho agora apresentado. Pretendemos, deste modo, prestar uma homenagem singela à ilustre figura que foi e à obra que deixou, quando passa o bicentenário do seu nascimento.

**Palavras-chave:** Roda dos enjeitados; expostos; mortalidade infantil e saúde pública; João Carlos de Almeida Carvalho.

### ABSTRACT

This work consists of a brief historical review of the economic and social reasons that led to the institution of the Foundling Wheel in Portugal in 1783.

Like other cities and towns of the reign, Setúbal also had a Foundling Wheel Establishment, extinct along with the rest in the 1860s, when it became evident that it failed as the solution for the calamitous infant mortality of the eighteenth and nineteenth centuries.

The relevance of the exposure of children and their untimely death was reflected, for example, in the “Draft General Regulation of Public Health” presented at the Courts session of 13 October 1821, with its 8 Titles divided into 146 articles. Title 3rd, “On the exposed”, was subdivided into 42 articles whose number, a third of the total, and its content clearly indicate the concern felt by the politicians and physicians of the time about the functioning of the Foundling Wheel and the fate of these rejected infants under State custody (Oliveira, 1992).

Current physicians are no longer beleaguered by a professional preoccupation with the high infant mortality of the last three centuries, finally and fortunately vanquished, whose scale was decisively influenced by those exposed or rejected. This further exacerbated the precarious state of Public Health that the Governments emerging from the Liberal Revolution of 1820 were forced to face, at a time when the right to healthy life was still very far from being recognised and established as it is nowadays.

João Carlos de Almeida Carvalho (1817-1897), a historian from Setúbal, left a very important record of data on this topic of the exposure of children in his home town, which underlies the work presented herein. In this way, we would like to pay tribute to the illustrious figure that he was and to the work that he bequeathed to us, upon the passing of the bicentenary of his birth.

**Keywords:** Foundling wheel; exposed; infant mortality and public health; João Carlos de Almeida Carvalho.

\* L.A.S.A. – Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão



## INTRODUÇÃO

Fossem expostos ou não, ao olhar e juízo públicos, eram sempre enjeitadas aquelas crianças, “filhas de algo”, que os progenitores não iriam criar. Setúbal também tinha enjeitados seus, crianças cuja sobrevivência, manutenção e futuro (?) iriam ser suportados por entidades públicas ou publicamente subsidiadas. Era assim conforme as Ordenações Manuelinas (c.1513) pois que até aí o abandono se fazia preferencialmente à porta dos conventos. O acto de enjeitar era contributo certo, livre de condenação moral, tolerado e socialmente absolvido, para a mortandade infantil que grassava desde a Baixa Idade Média.

O proletário indigente que não podia alimentar a sua prole, a qual, se crescia pela graça do Senhor, também pelos Seus desígnios se podia reduzir, já que nas doenças epidémicas como a peste (“negra” ou “branca”) ou crónicas como a fome, não tinham mão os a científicos cuidados médicos pré-oitocentistas, tantas vezes nefastos quando usados por recomendação e sob tutela de “doutores das dúzias”, como lhes chamava Bocage.

O “benefício” imediato da eliminação de uma boca que consumiria o escasso pão, pagaria mais tarde o preço insuportável da falta de mãos que agarrassem na enxada, empunhassem armas ou permitissem trepar ao cesto da gávea e aí aguentar-se firmemente em mar encapelado.

Nos campos, o trabalho infantil poderia ter retorno que justificasse o sustento, mas na urbe babilónica que crescia acelerada, se a execrável morte os não ceifasse, não haveria depois lugares de moço de recados, paquete ou aprendiz, que satisfizessem a procura de tanto petiz.

Na “selva” urbana facilitadora de encontros e de comportamentos sociais nefastos, de precárias condições de vida e de sobrevivência, a supressão dos recém-nascidos, quando necessária, depois de gravidez oculta e parto sigiloso, vinha reforçar os números arrasadores da mortalidade infantil que rondava os 300 por mil nados vivos (Cunha, 2014).

Após um nascimento, particularmente no meio social mais pobre, a dúvida subsistia sempre. Era a criança escorreita, capaz de sobreviver um, dois anos

à penúria garantida e, apesar das privações de toda a ordem, criar estrutura que desse suporte futuro a dois braços de trabalho? Ou, ao invés, o resultado era um fraco, doente e dependente ser, em boa verdade, uma carga de trabalhos enquanto vivesse?

Esta questão, tão séria, de investir ou não do pouco que se tinha, na criança acabada de nascer, viu abrir-se uma nesga de esperança com a criação da RODA, sobretudo quando se tornou possível a retoma tardia do enjeitado, prática muito pouco seguida de resto, depois de ultrapassada a idade de maior despesa e risco de morrer e se o sobrevivente ao processo de selecção natural, mostrasse potencialidades de vir a ser saudável e robusto (Sá, 1998).

Uma perspectiva cruel, antiética e amoral aos olhos actuais, que avaliam a realidade de modo bem diferente desses tempos recuados em que as crianças, despojadas de direitos, ocupavam nas escalas social e familiar posição secundaríssima e eram apelidadas, com desprezo, as “pestes” ou “a canalha” (Cunha, 2014).

Verdadeiramente, a questão não era tanto individual ou familiar e do foro ético-moral, dizia antes respeito a toda a sociedade e revestia claro cariz político-económico. Sem braços de trabalho o país não poderia progredir, impunha-se travar a mortalidade infantil evitável que ameaçava minar os alicerces da pirâmide etária. (Quadro I)

Quadro I - Estrutura da mortalidade em Portugal Continental em 1862 (Cascão, 1993). Fonte: Mattoso, J. (1993) História de Portugal, Volume V, p. 430.

Idade dos Falecidos	%
Menos de 1 ano	22,0
De 1 a 3 anos	17,0
De 3 a 7 anos	5,7
De 7 a 15 anos	3,3
De 15 a 40 anos	12,3
De 40 a 60 anos	13,2
De 60 a 80 anos	20,8
Mais de 80 anos	5,3

Quadro II- Exposição e mortalidade médias dos expostos em Setúbal nos três anos anteriores à extinção da Roda, 1863-1866. Fonte: Almeida Carvalho - PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0019.

Exposições	Mortalidade	Abandonos	Infanticídios	Despesa
144	55	0	0	4.375\$005
	a)	b)	c)	

Observações:

- a) Os óbitos respeitam a crianças que entraram na roda e no mesmo ano faleceram (38%);
- b) Não se deu no período caso algum de abandono porque existindo a roda até 30.06.1866, havia grande facilidade de meter as crianças na mesma a qualquer hora da noite.
- c) Não consta que houvesse caso algum de infanticídio na época apontada.

A grave questão carecia de solução: “A Casa da Roda será formalmente instituída pela rainha D. Maria I em 1783 em diversas vilas e cidades do reino com o intuito explícito de prevenir os infanticídios que na época eram uma prática frequente” (Graça, 1999).

Em Setúbal “a Casa da Roda estava situada perto do Hospital da Misericórdia e o postigo que iniciava a travessa onde a casa se localizava tomou a designação de “Postigo dos Enjeitados”. Em 1783 a roda já tinha mudado para o largo de Santa Maria” (Abreu, 1990).

Segundo Almeida Carvalho, nos 3 anos económicos que precederam a extinção da Roda (1867), a média anual de exposições foi de 144, o número de mortes de 55 (38% dos enjeitados) e a quantia despendida pela Câmara para a sustentação dos mesmos expostos ascendeu a 4.375\$005 (quatro milhões, trezentos e setenta e cinco mil e cinco réis).

### DE QUE FALAMOS QUANDO NOS REFERIMOS A EXPOSIÇÃO E ABANDONO DE CRIANÇAS?

Referimo-nos a uma prática muito antiga, transversal a todas as sociedades, que basicamente consistia na recusa da criação dos próprios filhos, recém-nascidos ou ainda com muito tenra idade, desse modo enjeitados e com remotas probabilidades de sobrevivência no caso de não serem vítimas imediatas de infanticídio. Duas razões maiores conduziam (conduzem) a este procedimento: a incapacidade económica de assumir a sua criação, tão frequentes eram “a indigência e a

pobreza” ou a necessidade de ocultar os filhos gerados por relações ilícitas.

E eram também duas as soluções possíveis para o dilema da mãe: o infanticídio, se para tal houvesse coragem, ou o abandono à caridade de quem assumisse a sua criação.

“O abandono de crianças, normalmente recém-nascidas, atingiu em Portugal níveis alarmantes. São os expostos ou enjeitados que por todo o País afluem às rodas, a coberto da lei e da opinião pública. Por meados do século XIX a polémica surge e, a partir da década de 1860, as rodas serão gradualmente extintas, cessando com elas o princípio da liberdade de exposição” (Lopes, 1993).

Participou nos polémicos debates, exactamente nessa primeira metade do Século XIX, entre outros que produziram também obra, o Bacharel em Leis (1805), Magistrado em várias comarcas, de nome António Joaquim de Gouveia Pinto, que publicou em 1828 o seu “*Exame Crítico e Histórico Sobre os Direitos Estabelecidos pela Legislação Antiga e Moderna, Tanto Pátria como Subsidiária e das Nações Vizinhas e Cultas, Relativamente aos Expostos ou Enjeitados.*”

O extenso título, não sendo obviamente um índice, dá bem a ideia do carácter abrangente e interpretativo da obra, no referente ao gravíssimo problema dos enjeitados, que no passo dos séculos nunca tivera solução e quando, neste tempo, se constatava já a falência da última solução tentada, a Casa da Roda dos Enjeitados,

que em breve seria extinta de jure.

E porque alguma confusão se estabelecia na terminologia usada, tratava Gouveia-Pinto de definir o sentido das palavras, desde logo as de “Exposto” ou “Enjeitado” e de “Abandonado”, dizendo:

*“...Mas no rigor da palavra, e segundo o nosso uso comum de falar, o filho **Exposto**, ou **Enjeitado** é o filho ilegítimo, desconhecido, ou nascido de pais incógnitos, ou ainda de pais legítimos, mas desconhecidos, que é exposto nas rodas a isso destinadas, ou nas ruas, e portas de particulares, recém-nascido, e fora do estado de se poder conduzir, com o fim de se descarregar da sua criação, e sustento os pais, ou para evitar a vergonha que lhes pode causar seu nascimento; e o **Abandonado** é aquele que, pertencendo a pais conhecidos, se acha em desamparo, entregue à comiserção pública, ou em razão da morte de seus pais, da sua ausência, doença, ou detenção nas prisões públicas, ou em razão de sua suma pobreza, desnude, etc.”*

Embora se trate de uma prática universal, o abandono de filhos recém-nascidos e crianças tem variado de acordo com a organização, a economia e a superestrutura ético-moral prevalecente nas diferentes comunidades. Mas também, em cada comunidade, estes factores determinaram que ao longo do processo histórico e em épocas diferentes fosse variável a incidência e a prevalência da rejeição.

Factores múltiplos de diversa natureza, mas todos eles contribuintes poderosos para a pobreza das nações estiveram por detrás deste gesto endémico de enjeitar os filhos. Foram as crises cíclicas económicas e dos cereais, as doenças epidémicas medievais e a tuberculose dos dois últimos séculos. Foram guerras várias e a aventura marítima. Foi o crescimento anárquico das cidades devido ao afluxo de “muitas e desvairadas gentes” (Fernão Lopes – c.1440) vida cara e com péssimas, insalubres, condições de habitação. Foi a pobreza, a fome e a impossibilidade decorrente de criar a prole. Foi também, tantas vezes, o “embaraço” dos filhos ilegítimos.

## O “DESTINO” DE MUITAS CRIANÇAS

A criança indesejada que nascia em Portugal no século XVIII tinha uma alta probabilidade de não sobreviver. Mas se não fosse vítima de infanticídio

- sempre condenado, tal como o aborto, pela Igreja Católica, que, todavia, aceitava o abandono - passavam a ser sombrias as suas perspectivas de vida. Fosse a sobrevivência miserável no seio da família sem recursos, sempre relegados para o fim porque a crianças não eram reconhecidos direitos; fosse a mendicância infantil, provável início de uma vida errante, dependente, mendicante, uma ameaça social (Araújo, 2008) porque incapaz de se incluir numa comunidade organizada; fosse entregue aos cuidados da caridade pela exposição, praticada desde o Séc. XII nos conventos (por decreto do Papa Inocêncio III para quem seria intolerável porque infame atirar ao Tibre e outros rios, os filhos recém-nascidos), ou na portada de casas de famílias abastadas, ou mais tarde, depois das Ordenações Manuelinas (c.1513), pelo “Juiz dos Órfãos e Cousas que a seu Ofício Pertencem”, a cargo dos Municípios se neles não existissem hospitais ou instituições afins que, por lei, teriam de assumir a onerosa tarefa da criação desses expostos.

Foi muito acentuado o aumento dos infanticídios durante o Antigo Regime (1620-1807), donde a consequente quebra demográfica e, logo, da capacidade de progresso do país.

Daí, a instituição da exposição secreta, anónima, sem penalização e sem identificação dos progenitores, deste modo desobrigados de assumirem as inerentes responsabilidades de criação dos filhos. Nasceram com esse fim os “centros de aceitação” ou Casas da Roda.

## ACONTECEU NO REINADO DE D. MARIA I

A instituição oficial da Roda dos Expostos deu-se com a Ordem Circular do Intendente Geral de Polícia, Diogo Inácio de Pina Manique, de 24 de maio de 1783, determinando que todas as câmaras do império deveriam instalar Rodas dos Expostos, “para expor os meninos que se enjeitam”. Também a aprovação da criação de Santas Casas da Misericórdia ficava sujeita ao estabelecimento de Roda dos Expostos. Um pouco no seguimento da reforma de Pombal de 1755, caminhava-se no sentido de desobrigar as câmaras de criarem



Fig. 1 - Um exemplo de Casa da Roda dos Enjeitados (1843), em Vila de Almeida.



Fig. 2 - Pormenor do cilindro embutido na parede da casa da Roda.

os enjeitados transferindo a tarefa para instituições de caridade através da criação de Rodas que podiam mesmo ser instaladas em casas particulares desde que habitadas por gente honrada e de bons costumes.

Considerava-se que facilitando a entrega dos filhos indesejados ao cuidado do Estado na instituição própria, a Casa da Roda, se obtinha um duplo proveito: «a vantagem deste processo afirmava-se na sua duplicidade», pois a criança era abandonada num local seguro e a exposição era feita em anonimato.

Adoptava-se em Portugal o que em quase todas as “Nações Vizinhas e Cultas” já era uso, havia muito tempo, *“Posto que as leis de quase todas as Nações, castigassem a exposição dos filhos, com tudo sempre houve cuidado em todos os tempos, e em todas as Nações, de lhes ter lugar público destinado para a sua exposição, a fim de evitar a sua morte.”* (Gouveia-Pinto, 1828).

Muito embora se reconhecesse bem o comportamento contrastante do Norte Europeu protestante, menos tolerante com o anonimato e daí mais rigoroso na responsabilização e endosso de custos pela criação dos filhos aos pais que podiam, relativamente ao Sul católico, apostólico, romano, mais complacente olhando a criação dos expostos como gesto de caridade

de inspiração divina, mais que serviço de apoio social e familiar que ao estado incumbia, e que só veio a aproximar-se dos procedimentos do Norte depois de 1867.

### O MECANISMO DA RODA

A Roda era um cilindro giratório de eixo vertical, embutido na parede da casa, ocupando o espaço de uma pequena janela, acessível da rua.

O cilindro tinha uma abertura lateral de acesso alternado e não simultâneo ao seu interior, pela rua e pelo interior da casa, desde que se fizesse girar o cilindro. Alguns cilindros estavam equipados com uma pequena estante para colocar objectos da criança, cartas informativos e bilhetes e outros objectos, genericamente chamados Sinais, deixados com o exposto no momento em que era entregue na Roda, quiçá para melhor identificação ulterior se a família se decidisse reclamar a criança, um gesto pouco frequente (só 3,6% das crianças expostas na Roda de Setúbal na década de 1850, foram depois reclamadas pelos pais) (Almeida Carvalho, Arquivo Pessoal).

Havia, na rua, uma sineta para avisar que acabava de ser exposta uma criança e que era a hora da ama, velando dentro da casa, entrar em cena recolhendo e cuidando do infeliz.

## ITINERÁRIO DO EXPOSTO NA CASA DA RODA

Uma vez depositado e recebido na Casa da Roda, o exposto ficaria ligado à instituição durante 7 anos, passando durante este período da vida pela tutela e cuidados de diversas pessoas conforme a sequência das suas necessidades.

Desde a recepção até aos 13 meses, era entregue para criação a uma ama-de-leite, ama interna que vivia na Casa da Roda, de entre várias contratadas para essa função.

Terminado esse primeiro período de amamentação, importantíssimo porque ditava o seu futuro e antes de mais o prognóstico *quod vitam*, passava para os cuidados de uma ama-seca, externa porque vivia fora da Casa da Roda, na cidade ou no campo, com quem continuaria até perfazer os 5 anos. Dos 5 aos 7 anos, ou se mantinha com a mesma ama ou, se algum impedimento houvesse, seria entregue a uma outra ama-seca.

Aos 7 anos deixava de ser tutelado pela Roda, estando pronto para seguir outros caminhos.

“Segundo a lei portuguesa, atingidos os sete anos, os expostos passavam à alçada dos Juizes dos Órfãos. Estes deveriam nomear-lhes tutor e acomodá-los como empregados a troco de alimentos, vestuário e dormida, passando os meninos a receber salário a partir dos doze anos e adquirindo a emancipação aos vinte. Concedia-se às amas o direito de preferência, enquanto empregadoras, recorrendo-se a outras quaisquer pessoas quando aquelas não manifestavam interesse em guardar o exposto ao seu serviço” (Lopes, 2013).

Tendo os rapazes, aprendido um ofício sob a tutela de um mestre, ou em propriedade de lavrador, aprendido a cuidar da terra, emancipavam-se aos 20 anos podendo entrar no mundo do trabalho e então governar a vida. Às raparigas eram ensinadas as tarefas domésticas de modo a tornarem-se boas donas de casa quando casassem, ou competentes criadas de servir.

## FALÊNCIA DA CASA DA RODA

Durou oficialmente 84 anos (de 1783 a 1867) a

experiência da Roda dos Expostos, mas a alta mortalidade frustrou as expectativas dos seus fundadores e defensores, sendo exemplo a Roda de Coimbra onde, de acordo com o testemunho do médico José Feliciano Castilho, “...morrem coisa de nove décimas partes dos que entram” (Castilho, 1821).

Por outro lado, no decurso do século XIX, tal como na Europa que duplicou a população de 100 para 200 milhões, também em Portugal o crescimento demográfico foi notável passando de perto de 3 milhões em 1801, para 4 milhões em 1867 e para mais de 5 milhões em 1900 (Pinto, 1992). Não obstante, “ a esperança média de vida, só no fim do século XIX terá atingido os 30-35 anos” (Ferreira, 1990).

A falta de Casas da Roda em muitas localidades e o gesto oportunista por parte de habitantes de terras que as não tinham de fazerem o depósito dos seus enjeitados nas Rodas de comarcas vizinhas, que sistematicamente se queixavam de arcar com despesas que lhes não competia suportar, geravam conflitos e tornavam mais agudos os problemas económicos das câmaras, das misericórdias e, logo, das amas e crianças a cargo.

Em 1836, a 19 Setembro, é publicado um decreto do governo de Passos Manuel uniformizando a assistência aos expostos que passou das misericórdias para as juntas gerais do distrito e câmaras municipais as quais passaram a assumir maior responsabilidade e todo o financiamento. Esta regulamentação não provou, os problemas subsistiam e acumulavam-se as despesas e as dificuldades de alimentar as crianças por falta de alternativas eficazes ao leite materno.

O combate à instituição “Roda” esperou pelo ano de 1862 para ser “oficializado” uma vez constatada, perante a hecatombe dos expostos, a ineludível falência dos objectivos para que fora criada. Extingui-la era uma necessidade, tomando três medidas de substituição: a deslocação das crianças para hospícios; a obrigatoriedade de declaração de gravidez por parte de mulheres “não recatadas”; a responsabilização dos pais pela criação dos filhos, com direito a subsídio de lactação, no caso de serem pobres.

Quadro III - Comparação dos enjeitados ao cuidado das Casas da Roda em Portugal e Setúbal: 1862-1864. Fonte: José Mattoso (1993) - História de Portugal, Vol. V; Almeida Carvalho - PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0019.

Ano Económico	Portugal	Setúbal
1862-1863	16.294	292
1863-1864	15.536	298

## BENEFÍCIOS DA EXTINÇÃO DA CASA DA RODA

Não possuindo dados locais que informem sobre as alterações verificadas na incidência da exposição e na mortalidade dos expostos depois da extinção da Roda em 1867, mas admitindo algum paralelismo com o que

acontecia na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, tomo de Paulino (2014) dois gráficos elucidativos sobre os referidos indicadores (Figs. 3 e 4).

Em ambos os gráficos é bem evidente a quebra com sustentação subsequente, dos valores em análise, particularmente das exposições e menos da mortalidade que, como é sabido, com menos prontidão se submete a medidas administrativas.

## OS ENJEITADOS DE SETÚBAL

### OS NÚMEROS E A SUA INTERPRETAÇÃO

Na análise que se segue de avaliação numérica dos enjeitados de Setúbal, recorro predominantemente aos quadros-resumo manuscritos por Almeida Carvalho

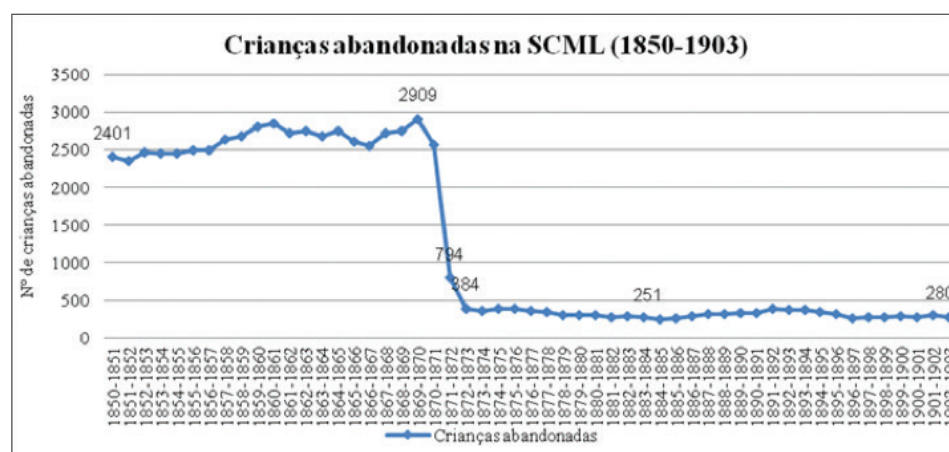


Fig. 3 - Queda abrupta das exposições, superior a 80%, nos três anos que se seguiram ao encerramento da Casa da Roda.

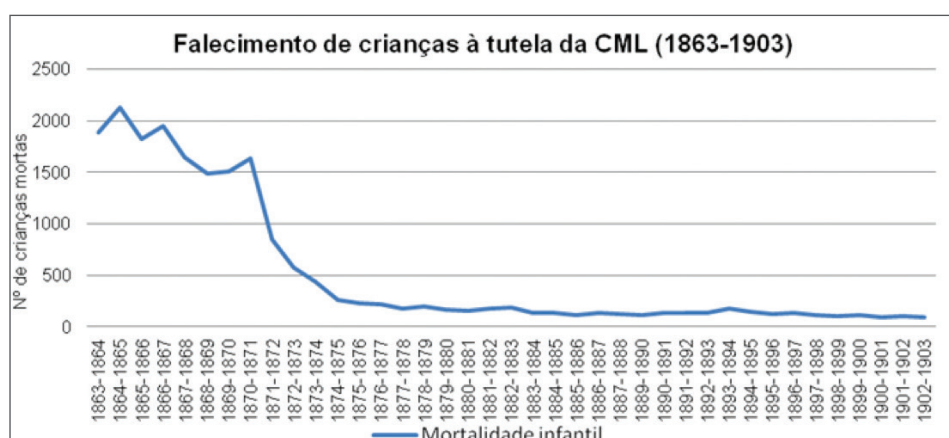


Fig. 4 - Queda gradual em lise, porém superior a 80%, do número de óbitos de crianças tuteladas, nos cinco anos que sucederam a extinção da Roda.



Fig. 5 - Postigo dos Enjeitados (1939) integrado num edifício do século XVIII, já demolido para dar lugar à actual Caixa Geral de Depósitos na Av. Luísa Todi. Dava acesso ao Largo da Misericórdia. O postigo dos enjeitados já não se pode transpor, porque os depósitos da pobreza cederam lugar à riqueza dos depósitos. Foto de Américo Ribeiro.

Quadro IV - Setúbal, os enjeitados de uma década, 1850-1860.

Anos	Expostos								
	Existência			Saída			Falecidos		
	Preexistentes	Entrados no ano	Total	Reclamados pelos pais	Por outras causas	Total	No 1º ano de vida	De 1 a 7 anos	Total
1851	324	153	477	9	23	32	95	33	128
1852	317	140	457	15	60	75	93	18	111
1853	271	131	402	13	38	51	49	15	64
1854	287	144	431	7	37	44	70	25	95
1855	292	121	413	7	29	36	40	33	73
1856	304	157	461	7	45	52	91	57	148
1857	261	139	400	6	27	33	101	21	122
1858	245	119	364	15	22	37	84	18	102
1859	225	158	383	5	23	28	93	11	104
1860	251	169	420	9	38	47	103	16	119
<b>Total</b>	2777	1431	4208	93	342	435	819 (77%)	247 (23%)	1.066 (100%)
<b>Média/ano</b>	277	144	421	9	32	41	82	23	105

Observações: Em o número dos expostos saídos por outras causas estão os expostos que “acabaram o tempo e ficaram em poder das amas que os criaram”.

na década de 60 do século XIX (ainda não disponíveis na Internet, mas acessíveis em papel ou CD ao balcão do ADS) aos quais aponho algumas adendas e algumas

alterações formais que permitam melhor leitura, respeitando escrupulosamente o seu conteúdo.

A análise de pormenor do Quadro IV mostra, em

cada ano da década de 50 do século XIX, os números referentes ao movimento de enjeitados na Casa da Roda, nomeadamente os existentes no início de cada ano (média = 277), os expostos nesse ano (média = 144) e o total de existentes igual à soma desses 2 números (média = 421).

Este último valor não permanecia constante porque alguns saíam vivos e muitos faleciam.

Saíam porque, poucos, eram reclamados pelos pais (média= 9) ou por outras causas (média = 32), por exemplo porque *“acabaram o tempo e ficaram em poder das amas que os criaram”*.

Por estas duas vias, saíam vivas, em média, 41 crianças por ano, da tutela directa da Roda.

Mas a grande quebra nas existências devia-se aos que faleciam, que na década somaram 1.066, sobretudo no primeiro ano de vida com 819 mortes (77%) e menos aos de idade compreendida entre 1 e 7 anos de que morreram 247 (23%). Em valores médios, faleciam por ano 105 crianças de todas as idades, ou seja 28% do total daquelas que em cada ano estiveram ao cuidado da Roda, sejam 380 (421-41) como está indicado no Quadro IV.

## ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DO QUADRO V

Do total de 248 (sublinhado da coluna 3) expostos existentes na roda em 1859, passou-se para o total de 297 (sublinhado da coluna 7) em 1864, correspondendo a um aumento de 49 crianças. Dito de outro modo, em cada ano que passou a Roda ficou com o encargo de criar mais 10 crianças. O acréscimo fez-se de modo irregular ao longo dos 5 anos, sendo maior em 1862-63: 1859-1860 = +11; 1860-1861 = +3; 1861-1862 = - 2; 1862-1863 = + 31; 1863-1864 = + 6.

## A VERBA REPARTIDA

Dedução da provável repartição da “quantia dispendida pela Câmara”, a partir da leitura do quadro V e de outros dados, do seguinte modo:

A média de crianças existentes em cada um dos 5 anos foi de 274 (base coluna 7) e a quantia anual votada pela Câmara e dispendida na sustentação das mesmas foi, em média, de 4.255\$112 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, cento e doze reis – base coluna 8).

As gestoras dessa verba seriam as amas, a quem cabiam, como salário, 85,9% da quantia de 4.255\$112.

Quadro V - Enjeitados em crescendo, de 1859 a 1864. Fonte: Almeida Carvalho - PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0019.

Anos	Sexos	Nº de expostos existentes a 30 de Junho de cada ano	Nº de expostos acrescidos durante cada ano económico	Nº de expostos falecidos anualmente	Nº de expostos saídos da roda anualmente	Nº de expostos existentes a 30 de Junho de cada ano	Verbas financiadas e dispendidas pela Câmara Municipal	
							Votada	Dispendida
1859 1860	Varões Fêmeas Total	138 110 248	83 85 168	5 664 120	26 11 37	139 120 259	4:498\$800	4:489\$760
1860 1861	Varões Fêmeas Total	139 120 259	82 70 152	5 660 116	18 15 33	147 115 262	4:196\$800	4:170\$950
1861 1862	Varões Fêmeas Total	147 115 262	7 981 160	53 45 98	36 28 54	137 123 260	4:139\$200	4:038\$950
1862 1863	Varões Fêmeas Total	137 123 260	87 77 164	58 47 105	14 13 27	151 140 291	4:000\$000	4:769\$750
1863 1864	Varões Fêmeas Total	152 140 291	81 56 137	49 50 99	21 11 32	163 135 297	4:000\$000	3:808\$650
Média anual						274	4:255\$112	



Admitindo-se a existência de 60 amas para as 274 crianças visto cada uma ter 4-5 crianças a cargo (Abreu, 1990), então cada ama auferiria daquela verba 60\$926 anuais ou seja um salário diário de \$167 réis.

Se as contas estiverem certas, para o conjunto das crianças ficariam “oficialmente” 14,1%, seja 600\$041/ano, logo para cada uma 2\$190/ano, correspondendo a \$006 réis / dia.

Aos preços de 1865, seis réis dariam para comprar uma pequena fatia de pão de cerca de 100 g!

*“Os cuidados de criação eram prestados por interpostas pessoas, as amas, que nem sempre recebiam a tempo e horas as remunerações contratadas com a Câmara para desempenhar tais funções. Não era invulgar o descontentamento com o valor e a irregularidade com que recebiam resultando então que a criança era repostada, isto é, devolvida pela ama à casa da roda. Já foi sugerida a existência de uma relação constatável entre os atrasos de pagamentos, o descontentamento das amas e o aumento do número de reposições ou a mortalidade dos expostos, em particular durante o primeiro ano de vida.” (Abreu, 1990)*

No sentido de tornar mais claro o valor real e o poder de compra das quantias dispendidas para sustentação dos expostos, seguem-se alguns dados relativos a salários e preços dos bens em 1865, quando o trigo, logo o pão, era o bem de referência.

Diz “...Rodrigues de Brito, finais do Século XIX: o preço do trigo constitui a base de todo o sistema económico, comandando toda a sua evolução. Por isso “não há

um género que possa servir mais de medida de valor dos metais preciosos em todos os séculos e lugares como é o trigo” (Oliveira, 1982).

Afirma o Visconde de Coruche em: *A Questão monetária dos Cereais*, Lisboa, 1894. “Para fazer juízo seguro do verdadeiro valor das cousas em todas as épocas, o cereal é mais certo e presta-se melhor que a moeda” (citado em Oliveira, 1982).

“1865: Salário médio diário – de um pedreiro no Porto e de um trabalhador de enxada na reparação das estradas para a Câmara de Leiria = 249,06 réis / dia ou 7\$470 réis / mês;

Preço médio de 1 kg de cereal (2 partes de milho e 1 de trigo) = 52,48 réis na cidade do Porto;

Conversão de salário em pão: 249,06/52,48 = 4,746kg” (David-Justino, 1987).

Da análise do Quadro VI ressalta a evidência da precocidade da morte dos expostos, com 76% dos óbitos no primeiro ano de estadia na instituição, aos cuidados da rodeira e das amas-de-leite. Mas não era no primeiro mês de permanência que mais faleciam (23%), o que permite admitir que a maior parte dos enjeitados era entregue na Roda em satisfatório estado de saúde, não vinha com “doença da comunidade”, era a sua permanência nos meses seguintes desse mesmo ano que era fatal a mais de metade do total dos expostos (53%), porventura contagiados pela insalubridade da Casa da Roda e do sistema promíscuo de alimentação.

Quadro VI - A morte precoce dos enjeitados, de 1851 a 1860. Fonte: Almeida Carvalho - PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0019 “Mappa demonstrativo do movimento dos expostos no Concelho de Setúbal nos anos económicos abaixo designados”.

1ª Classe, criação de leite até 1 ano de idade			2ª Classe, criação a seco, de 1 a 7 anos de idade						3ª classe mais de 7 anos		
nº total de expostos	Falecidos (idade em meses)		Existentes em 30 de Junho	Falecidos (idade)						Existentes em 30 de Junho	De 7 a 50 anos
	≤ 1 mês	1 a 12 meses		1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 a 6 anos	6 a 7 anos		
1.273	222 (23%)	500 (53%)	1.162	152	41	15	9	5	3	1301	0
	<b>722 (76%)</b>			<b>225 (24%)</b>							0
Total de óbitos na década = 947											

Admito, por isso, que a maioria dos expostos seria vítima de doença contraída após o internamento, dita “doença nosocomial”. Depois de estabilizado o mecanismo de selecção natural primário que eliminava os mais frágeis, as perdas de vidas nos anos seguintes iam diminuindo progressivamente, embora ainda com incidência relevante no segundo ano (16%), coincidindo com o desmame e a mudança de regime alimentar. A partir dos 3 anos de idade, a percentagem de mortes parece estatisticamente irrelevante durante o período estudado da década de 1850.<sup>1</sup>

## NOTAS

1 - Os valores referentes à mortalidade calculados a partir de 2 mapas originais de A. C. e que estão registados nos quadros IV e VI, não coincidem exactamente em valores absolutos, o que atribuo à eventualidade (que não consegui esclarecer) de num deles haver mais 1 ano de registo de óbitos. No entanto os valores relativos às diferentes idades em que faleceram, são coincidentes na incidência predominante no primeiro ano (77% e 76%) e na sua clara diminuição nos 6 anos que se seguiram (23% e 24%).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E WEBGRÁFICAS

- Abreu, L. (1990) – *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755. Aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.
- Abreu, L. (1999) – *Memórias da Alma e do Corpo. A Misericórdia de Setúbal na Modernidade*. Editores Palimage Lda..
- Almeida-Carvalho, J. C. – *Arquivo Pessoal, Secção F – Saúde e Assistência*. Arquivo Distrital de Setúbal. PT/ADSTB/PSS/APAC/F/0019.
- Araújo, M. M. L. (2008) – Pequenos e Pobres – A Assistência à Infância nas Misericórdias Portuguesas da Idade Moderna. In M.M.L. Araujo, F. M. Ferreira (orgs.), *A infância no universo assistencial no Norte da Península Ibérica (séculos XVI-XIX)*. Braga : Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, p. 135-149.
- <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/9272>
- Cascão, R. (1993) – Demografia e Sociedade. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, V. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda., p. 425.
- Castilho, J. F. (1821) – In L. T. Oliveira (1992), *A Saúde Pública no Vintismo*. Lisboa: CEHCP/ISCTE, p. 43.
- Cunha, O. (2014) – *Mortalidade Infantil em Portugal*. Livros da Fundação FFMS. <https://www.ffms.pt/FileDownload/65639fd4-b3a3.../mortalidade-infantil-em-portugal>
- David-Justino (1987) – *A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850-1910. Algumas estimativas provisórias*. [analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027172L0uNA4rw2Bc86PH5.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223027172L0uNA4rw2Bc86PH5.pdf)
- Fonte, T. A. (2008) – *Honra, Património e Abandono de Crianças no Noroeste Peninsular. A (re)Integração de Expostos em Famílias Biológicas e Adoptivas no Século XIX*.
- Ferreira, F. A. G. (1990) – *História da saúde e dos serviços de saúde em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gouveia-Pinto, A. J. (1828) – *Exame Crítico e Histórico Sobre os Direitos Estabelecidos pela Legislação Antiga e Moderna, Tanto Pátria com Subsidiária e das Nações Vizinhas e Cultas, Relativamente aos Expostos ou Enjeitados*. Lisboa: Typografia da Academia Real das Ciências, 287 pp.. <https://books.google.pt>
- Graça, L. (1999) – Textos 15-71-148. [https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos\\_papers.html](https://www.ensp.unl.pt/luis.graca/textos_papers.html)
- Inácio, N. C. (2014) – *Um Contributo para a História do Direito*.
- Lopes, Fernão (c.1440) – *Crónica d’El Rei D. Fernando*.
- Lopes, M. A. (2013) – *As Mulheres e a Família na Assistência aos Expostos. Região de Coimbra 1708-1839*. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/25043/1/Lopes%2cMariaAntonia.As%20mulheres%20na%20assistencia%20aos%20expostos.pdf>
- Lopes, M. A. (1993) - Os Pobres e a Assistência Pública. In J. Mattoso (dir.), *História de Portugal*, V. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda., p. 501.
- Mattoso, J. (1993) – *História de Portugal*, V. Lisboa: Círculo de Leitores, Lda..
- Oliveira, A. (1982) – *Mercados a Norte do Douro. Algumas considerações sobre a história dos preços em Portugal e a importância dos mercados regionais (séculos XVII-XVIII)*. <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1948.pdf>
- Oliveira, L. T. (1992) – A Crise do Antigo regime e as Cortes Constituintes de 1821-1822. *A Saúde Pública no Vintismo*, IV. Lisboa: CEHCP/ISCTE, Edições João Sá da Costa.

- Paulino, J. (2014) – Os Expostos em Números – Abandono Infantil na Misericórdia de Lisboa, 1850-1903. *Atas do IX Encontro Nacional de Estudantes de História* (e-Book). Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, p. 185-215.
- Pinto, M. L. R. (1992) – *A Evolução da População ao Longo do Século XIX — Uma Perspectiva Global*. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/6733/1/RFC6\\_245\\_284.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/6733/1/RFC6_245_284.pdf)
- Sá, I. G. (1998) - Abandono de Crianças, Identidade e Lotaria - Reflexões em torno de um Inventário. In M. C. ROMÃO (apres.), I. G. SÁ (pref.), *Inventário da criação dos expostos do Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, p. 9-22. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3529>